

O capital social e o empreendedorismo: notas de leituras

Social entrepreneurship and capital : notes readings

Giomar Viana ¹
Jandir Ferrera de Lima ²
Ricardo Rippel ³
Vitor Afonso Hoeflich ⁴

Resumo

Este artigo analisa a importância e relação entre capital social e empreendedorismo. O capital social tem relação direta com o nível de confiança, participação e cooperação entre os diversos agentes de determinada região. O empreendedorismo é importante para estimular a geração de emprego e inovação. Assim, o capital social e o empreendedorismo são elementos fundamentais para a dinamização do sistema econômico-regional. Em contrapartida, regiões nas quais os empreendedores possuem maior confiança social (interpessoal e institucional) baseado num sistema de interação mútua, compartilhando informações, conhecimento e aprendizagens, tendem a propiciar maiores oportunidades e empreendimentos mais competitivos, caracterizando-se como um cenário favorável para a realização de investimentos.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Centro Oeste/UNICENTRO, Especialização em Gestão e Auditoria de Negócios pela Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio/UNIOESTE, Doutorando em Engenharia Florestal, sob a linha de pesquisa Economia e Política Florestal, na UFPR, Servidor lotado no Setor de Sociais Aplicadas, SESA, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, Brasil. Contato: gviana@unicentro.br

² Bacharel em Ciências Econômicas, Doutor em Desenvolvimento Regional, Ph.D pela Universidade do Québec (UQAC)/Canadá, Professor dos Programas de Pós-graduação em Economia e Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Mestrado e Doutorado) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE/Campus de Toledo, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, pesquisador do Núcleo de Desenvolvimento Regional da UNIOESTE, Brasil. Contato: jandir@unioeste.br

³ Bacharel em Economia pela UNIOESTE, Especialização em Teoria Econômica pela UFPR, Mestrado em Desenvolvimento Econômico pela UFPR, Doutorado em Demografia pela UNICAMP, e Pós Doutorado em Demografia pela UFMG, Professor e pesquisador da Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Diretor do CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas no Campus de Toledo, exerce atividades de docência e pesquisa no Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e na graduação em Ciências Econômicas, e no Mestrado em Economia, Brasil. Contato: rippel@unioeste.br

⁴ Bacharel em Agronomia pela Universidade Federal do Paraná, graduação em Administração de Empresas pela Universidade Católica do Paraná, Mestrado em Economia Rural, Doutorado em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa, Estágio de pós-doutorado na Universidade de Minnesota – USA, Professor associado da Universidade Federal do Paraná-UFPR, Brasil. Contato: vitor.ufprae705@gmail.com

Palavras-chave: Capital Social, Empreendedorismo, Crescimento Econômico, Desenvolvimento Regional.

Abstract

This paper analyzes the importance and relationship between social capital and entrepreneurship. The capital is directly related to the level of trust, participation and cooperation among the various actors in a region. Entrepreneurship is important to stimulate job creation and innovation. Thus, capital and entrepreneurship are fundamental elements to boosting regional economic system. In contrast, regions in which entrepreneurs have greater social trust (interpersonal and institutional) based on a mutual interaction system, where sharing information, knowledge and learning, tend to provide greater opportunities and more competitive enterprises, characterized as a favorable scenario for investments.

Key-words: Social Capital, Entrepreneurship, Economic Growth, Regional Development.

1 INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas temas recentes como capital social e empreendedorismo têm sido amplamente discutidos no contexto econômico-social, sendo estes, objeto de estudo de diversos pesquisadores, visando entender sua importância no processo de desenvolvimento econômico-regional de maneira mais equilibrada e sustentável.

Coleman (1990) considera o capital social como um ativo capital para os indivíduos e comunidades, facilitando suas ações e interações, a partir da confiança, do fluxo de informações e das normas ou sanções pré-estabelecidas.

Além da confiança e a cooperação, outro elemento importante é o engajamento cívico, o qual se reflete em uma comunidade alicerçada em *prol* de objetivos comuns e de governantes responsáveis e eficientes, fatores estes, primordiais para o desenvolvimento regional (PUTNAM, 1996).

Assim, o capital social, por articular ações coordenadas e colaborativas em torno de um ambiente cívico confiável e participativo, estimula um efeito multiplicador contínuo das interações entre pessoas, comunidades e instituições de modo geral. Ele serve como ferramenta para se gerar oportunidades e dinamizar a atividade econômica em diferentes regiões, sendo que, quanto maior sua proporção, maiores as possibilidades de êxito local ou regional.

Já o empreendedorismo por ser o motor que dinamiza e põe em marcha a economia e o sistema capitalista, a partir da criação de novos processos e produtos, criando empregos, introduzindo inovações e estimulando o crescimento econômico, passa a ser o ponto chave para se fortalecer o sistema econômico. O empreendedor, é o agente que transforma e dinamiza a ordem econômica, quer seja a partir de novos produtos ou serviços, ou, devido à criação de novas oportunidades. (SCHUMPETER, 1982).

Desse modo, para que determinadas regiões obtenham dinamismo econômico, faz-se necessário a existência de agentes que propiciem e estimulem esse processo, ou seja, os empreendedores.

Albagli e Maciel (2002) comentam que os ambientes mais propícios ao empreendedorismo são aqueles em que ocorrem processos interativos e cooperativos de aprendizado e inovação, de forma que os sistemas de relações existentes entre os diferentes atores podem favorecer processos de crescimento e mudança.

Assim, o capital social e o empreendedorismo caracterizam-se como elementos chave, energizando o crescimento e o desenvolvimento econômico, tecnológico e social.

Nesse sentido, o objetivo deste texto é analisar e compreender, por meio de uma revisão bibliográfica, a relação entre capital social (CS) e empreendedorismo. Busca-se assim, verificar como a literatura tem tratado os efeitos que o CS e o empreendedorismo exercem sobre a atividade econômica, bem como sua importância para o desenvolvimento econômico-regional.

2 CAPITAL SOCIAL: APONTAMENTOS TEÓRICOS

A teoriação sobre o capital social (CS) ganhou grande importância na literatura econômica, caracterizando-se como uma explicação do mecanismo do desenvolvimento socioeconômico, em particular da redução das desigualdades sociais e o fortalecimento das atividades econômicas regionais. O enfoque do CS é distinto, ou seja, leva em conta aspectos como as relações humanas, sociais e institucionais, transformando comunidades e regiões em locais dinâmicos e atuantes.

Contudo, ainda existe grande divergência entre diferentes pesquisas e autores sobre a origem, definição e importância do CS no contexto econômico e social. Mesmo assim, a maioria dos autores reconhece seu valor e caracteriza-o como uma ferramenta fundamental para se obter crescimento e desenvolvimento sustentável de uma comunidade, cidade ou região.

Bourdieu (1980) caracteriza o capital social como um conjunto de recursos atuais ou potenciais relacionados com a existência de uma rede sustentável de relações, mais ou menos institucionalizadas. Nesse caso, a comunidade ou os indivíduos que a compõem não estão unidos somente por relações comuns, mais sim, por relações permanentes, podendo ser devido ao espaço físico ou geográfico onde estão inseridos. (BOURDIEU, 1980).

O capital social é composto pelas obrigações sociais, ou seja, as “*connections*” existentes entre determinados grupos ou comunidades. Assim, o volume de capital social possuído por um dado agente, ou comunidade, depende do tamanho da rede de conexões que estes são capazes de mobilizar. O CS propicia a capacidade e a habilidade dos cidadãos conectarem-se, cooperar entre si e coordenar atividades para alcançar objetivos e benefícios mútuos. Os indivíduos formam redes de relações que propiciam um fluxo fluente de comunicação e informação, sendo estes elementos chaves para o desenvolvimento do capital social. (BOURDIEU, 1983; ROBINSON e MEIKLE-YAW, 2007).

Para eles as relações sociais entre determinado grupo são as que caracterizam a existência e o nível de capital social, o qual passa a ser considerado como um ativo às comunidades, grupos, ou regiões. Ele serve então como catalisador do desenvolvimento econômico de determinada localidade.

Assim, o capital social pode ser reflexo de estratégias de investimento, individuais ou coletivas, conscientes ou inconscientes, tendo como finalidade o estabelecimento de relações sociais, podendo ser utilizadas no curto ou longo prazo (BOURDIEU, 1983).

Num outro viés, Coleman (1990) destaca a relação intrínseca entre capital humano e social, uma vez que altos índices de capital humano tendem a se desenvolver onde existem maiores índices de relações familiares e maior organização social, características estas, eminentes do capital social. Para ele, o capital social são os recursos sócio-estruturais que constituem um ativo capital para o indivíduo, facilitando as ações dos agentes que estão dentro dessa estrutura.

A análise de Coleman (1990) vem de encontro à percepção empírica de Putnam (1996) ao estudar a experiência italiana de desenvolvimento. Para Putnam (1996), a comunidade cívica italiana está diretamente ligada aos níveis de desenvolvimento social e econômico. Sua fundamentação decorre da evolução de duas regiões italianas distintas, norte e sul, as quais inicialmente detinham semelhante padrão de desenvolvimento. Tais regiões após oito décadas se tornaram extremamente heterogêneas.

As tradições cívicas, os governos regionais efetivos e a forma de organização social existentes nas regiões são determinantes na relação de disparidade de desenvolvimento sócio-econômico ocorrido naquelas regiões, demonstrando que um maior nível de associação e de atitudes cívicas contribui para um desenvolvimento de longo prazo contínuo e sustentável (PUTNAM, 1996).

Assim, Putnam (1996) define capital social como formas de organização social de determinado grupo, envolvendo questões como confiança, redes de relações, nível de associação e cooperação, normas de comportamento e sistemas de participação cívica, valores, obrigações e canais de informação; sendo estes, capazes de favorecer o desempenho institucional, e, aumentar a eficiência da sociedade devido ao elevado nível de engajamento cívico e à facilidade de ações coordenadas propiciadas pela forte cooperação entre os indivíduos.

Cabe também mencionar os estudos realizados por Durston (2000) quando destaca que o capital social refere-se a um conjunto englobando *normas, instituições e organizações*, as quais poderão promover confiança, ajuda recíproca e cooperação. O autor ressalta que o capital social representa um conjunto de relações de confiança e cooperação, mas estas características não resultam necessariamente em altos níveis de participação, nem em aumentos de produtividade. Em alguns casos, este resultado depende de outras variáveis inseridas no contexto como a existência de recursos naturais, a história política herdada na região e até mesmo a presença de relações de dominação.

Assim, para Durston (2000) antes de definir capital social se faz necessário separar suas origens, suas características centrais, e, seus efeitos. Sendo que a partir de sua distinção em etapas, se poderá analisar sua presença tanto em caráter quantitativo como qualitativo.

Nessa mesma perspectiva, Albagli e Maciel (2003) pressupõem ainda, um caráter mais amplo e preciso ao capital social, de maneira que este não está presente somente no âmbito institucionalista, representando estruturas formais, como governo, regime político e legislação, mas também se somando ao ambiente informal, o qual é tecido de normas e valores inseridos na população.

Tal afirmação é destacada por Uphoff (2000) quando menciona que o capital social é uma acumulação de várias formas de ativos sociais, como psicológico, cultural, cognitivo, e, institucional, estando estes, inter-relacionados, aumentando a probabilidade de um

comportamento cooperativo, gerando por consequência, benefícios mútuos aos indivíduos envolvidos.

Nesse sentido, o autor distingue duas formas de capital social, a *estrutural*, que envolve formas objetivas em suas relações, como papéis, regras, padrões de interação, procedimentos e precedentes, existentes na organização social, enquanto que a outra forma denominada *cognitiva* envolve questões subjetivas como normas, valores, atitudes e crenças, sendo estes advindos de processos mentais, resultando em idéias que serão reforçadas pelas suas culturas e ideologias, caracterizando-se de forma abstrata, com maior dificuldade de percepção, já que se fazem presentes na maneira que as pessoas irão se relacionar socialmente.

2.1 CONFIANÇA, RECIPROCIDADE E AÇÃO COLETIVA

A confiança, mesmo sendo de caráter intangível, é considerada como um dos requisitos básicos para a existência de capital social. A partir dela se obtém níveis mais intensos de interatividade, facilitando atitudes de solidariedade, cooperação e até mesmo ações coletivas mais efetivas entre o grupo.

A confiança promove a cooperação mútua, inibindo atitudes individualistas que poderiam custar a participação do indivíduo em seu grupo e gerando um círculo virtuoso de reciprocidade, cooperação e de ações coletivas na comunidade. O capital social é uma forma de reciprocidade generalizada, que abastece a confiança social. As relações de confiança permitem à comunidade cívica suportar mais facilmente o “oportunismo”. (PUTNAM, 1996; ILHA, 2008).

Assim, uma região com maior atitude colaborativa, tanto no ambiente familiar quanto coletivo, resulta, em maior proporção, em grupos sociais colaborativos e de alto grau de confiança, reduzindo o oportunismo, e, por consequência, os custos de transação, o que os torna mais competitivos e dinâmicos no contexto em que estiverem inseridos.

Souza Filho (2000) e Ilha et al (2008 e 2009) justificam a necessidade de cooperação entre os agentes econômicos de forma que esta possa servir como mecanismo de modernização e cooperação em uma determinada região ou nação. O capital social se faz tão importante quanto às outras formas de capital, pois possibilita maior nível de cooperação entre os indivíduos ocasionando transformações sociais e econômicas positivas a todo o conjunto. Castells (1999) comenta que uma estrutura social que compartilhe dos mesmos valores e objetivos, baseada em redes, passa a ser um sistema altamente dinâmico, sendo suscetível de inovação não contendo ameaças ao seu equilíbrio.

Desse modo, a confiança, reciprocidade e cooperação são requisitos fundamentais para que haja expectativas e ação coletiva entre a sociedade, quer seja de caráter público, privado, ou em conjunto, aumentando continuamente a coesão social, característica essencial para a formação e continuação do espírito cooperativo.

2.2 GRUPOS E REDES

As formas de vida social de uma comunidade, bem como características de organização, redes (formas de engajamento, estruturação), normas ou regras a serem seguidas, estão intrinsecamente associadas, refletindo num maior nível de confiança, servindo como

mecanismo propulsor da vida social, decorrendo em atitudes cívicas favoráveis aos seus membros (PUTNAM, 1993).

Para Marques (1999) e Marteleto (2001), as redes representam um conjunto de participantes autônomos, unindo idéias e recursos em torno de um conjunto de valores e interesses compartilhados.

Para Lazzarini, Chaddad e Neves (2000) as redes são campos férteis para a formação de ações coletivas, acesso a informações, aquisição de conhecimento, aumento do poder de barganha ou influência política e engajamento cívico, logo, as redes podem ser consideradas como uma forma de manifestação de capital social existente numa população.

Desse modo, a organização do capital social baseada em redes é uma importante alternativa ao desenvolvimento, pois a partir de interações coletivas mais densas e efetivas, promove entre seus membros um intercâmbio mais eficiente, quer seja de informações, conhecimento ou atitudes políticas, reduzindo os custos de transação e refletindo em externalidades positivas a toda a comunidade.

2.3 PARTICIPAÇÃO CÍVICA, ESTADO/INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Putnam (1996) ressalta que os sistemas de participação cívica representam uma clara interação horizontal, sendo esta, uma característica essencial de capital social. Assim, quanto mais desenvolvidos forem estes sistemas, em determinada região ou grupo, mais provável que essa população seja capaz de cooperar em benefício mútuo.

Assim, quanto mais horizontalizada for uma comunidade, ou seja, quanto mais organizada em grupos (clubes, cooperativas, sociedade de assistência mútua, sindicatos e associações culturais) - os quais estejam engajados positivamente ao desempenho governamental - mais estará favorecendo ao desempenho do governo e da economia, caracterizando como uma sociedade dinâmica, de economia e Estado forte. Diferentemente de uma comunidade organizada de maneira vertical, a qual tende a centralizar decisões e atitudes, refletindo em benefícios a grupos fechados, além de maiores possibilidades de atitudes oportunistas, opressoras e individualistas.

A horizontalidade faz referência à existência de ações e acesso igualitário aos serviços e bens públicos básicos, sendo que a partir de uma maior interação entre sociedade e Estado, decorrerão maiores possibilidades de desempenho econômico e social. Pois, regiões que apresentarem uma rede mais densa de associações e grupos locais, com participação ativa na comunidade em governos locais e regionais, apresentarão melhores resultados influenciando no desenvolvimento daquele grupo ou comunidade (PUTNAM, 1996).

Outro aspecto defendido por Baquero (2002) está baseado na transformação de atitudes abstratas em situações ou ações concretas. O capital social tem por objetivo transformar bens intangíveis (como confiança) em bens tangíveis (como políticas públicas), principalmente devido a uma cultura voltada ao engajamento político e cidadão.

Durston (2000) destaca ainda, a relação direta entre o capital social e o neoinstitucionalismo econômico, principalmente por facilitar as transações entre agentes econômicos e sociais e fortalecer as instituições de forma democrática e coletiva.

Evans (1995) também comenta as possíveis formas de se intensificar a interação entre governo e sociedade, uma vez que o engajamento cívico e o processo de cooperação entre indivíduos podem ser propiciadas por instituições públicas, e, que serviços oferecidos pelo

estado podem ser ampliados, a partir de um compromisso mútuo entre agentes estatais e grupos locais.

Do mesmo modo, Albagli e Maciel (2002), Ilha (2008), Ilha et al (2008) e Ilha et al (2009) mencionam que grupos de colaboração formados por sindicatos e cooperativas, entre outras organizações, são composições flexíveis e dinâmicas da sociedade civil, propiciando uma articulação eficiente entre Estado e sociedade, característica esta de extrema importância para que haja um funcionamento de instituições democráticas, responsáveis e eficientes.

2.4 NORMAS E SANÇÕES

De acordo com Coleman (1988) as estruturas sociais estão intrinsecamente relacionadas com o cumprimento das obrigações e expectativas existentes entre a comunidade, bem como das normas e sanções existentes na sociedade, sendo que estas é que vão caracterizar o tipo de comportamento que ocorrerá entre seus atores sociais.

Coleman (1990) comenta que as normas e sanções são essenciais para a interação social, sendo estas, elementos que caracterizam o CS, propiciando um esforço conjunto dos atores inseridos no grupo, trabalhando por um objetivo comum e inibindo ações individualistas e imediatistas.

Para Putnam (1996) o capital social é estabelecido pelas normas e sanções existentes entre as redes sociais, as quais permitirão a propagação de confiança e reciprocidade, além da resolução de problemas e dificuldades em caráter coletivo.

Assim, as normas, valores e sanções existentes na comunidade e estabelecidas de forma coletiva, a partir das necessidades e decisões conjuntas, promoverão maior sociabilidade e manterão a coesão social dos indivíduos, já que estes saberão que com uma atitude individualista, que traga prejuízos a todo o conjunto, poderão ser punidos e até excluídos da comunidade, pois de acordo com North (1990) as normas e valores facilitam a confiança entre os atores.

2.5 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

De acordo com Coleman (1990) a troca de informações e os conhecimentos advindos da interação social existente em uma rede densa de capital social, são fatores fundamentais, uma vez que dificilmente tal situação ocorre em caráter individual, mas sim, num caráter coletivo e estruturado, caracterizando maior eficiência aos agentes inseridos nesse ambiente.

Franco (2001) relaciona capital social diretamente às relações sociais, mencionando que ele se expressa a partir destas relações e também da capacidade que as pessoas possuem em trabalhar em equipe a partir de interesses e objetivos comuns, associando e compartilhando informações, normas e valores.

Nesse sentido, as informações podem ser consideradas como o reflexo de atitudes colaborativas dos indivíduos, os quais devido à confiança existente entre si propiciam um fluxo contínuo de informação e conhecimento.

Além disso, Putnam (1996) comenta que grupos fundamentados em indivíduos bem informados refletem em comunidades mais cívicas, e, governos mais eficientes, principalmente devido à maior consciência política advinda da informação e do conhecimento dos políticos inseridos em sua comunidade.

2.6 CRIAÇÃO E REPRODUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

Segundo Coleman (1988), no ponto de vista institucionalista o capital social pode ser acumulado e reproduzido, sendo que este depende das escolhas racionais dos agentes, os quais vão basear-se na confiança recíproca dos atores sociais.

As instituições públicas, de acordo com essa corrente, podem tanto mobilizar as forças sociais como também dispersa-las, dessa forma, a corrente neo-institucionalista considera que as instituições públicas possuem poder na criação do capital social, colocando em segundo plano o seu caráter cultural. (BENDER, 2007).

Putnam (1996) destaca a complexidade de se criar capital social mencionando que o CS não é algo espontâneo, nem tão pouco pode ser produzido automaticamente, pois, criar capital social significa criar mecanismos que propiciem cooperação, reciprocidade e confiança entre os atores sociais, estimulando assim, a capacidade destes expandirem suas liberdades.

Bourdieu (1983) também ressalta a dificuldade de se reproduzir capital social, uma vez que isso depende de um esforço incessante da sociedade, um trabalho contínuo de troca e interação, com o reconhecimento mútuo de seus objetivos e necessidades, implicando em despesas de tempo, energia, e, direta ou indiretamente de capital econômico.

Tal complexidade também é ressaltada por Grootaert et al (2003) quando mencionam que o CS é influenciado tanto por fatores sociais, quanto políticos e culturais, assim como por tipos dominantes da atividade econômica. Fatores estes, que estão presentes de maneira heterogênea e desproporcional no contexto geográfico.

Mesmo diante da complexidade de criação e reprodução de CS, destaca-se que os indivíduos ou comunidades que investirem em capital social, intensificando suas interações com o meio em que vivem, enriquecerão suas formas de capital, refletindo em transformações contínuas e duradouras do ambiente econômico e social onde estiverem inseridos.

3 EMPREENDEDORISMO E EMPREENDEDOR: APONTAMENTOS TEÓRICOS

A atividade empreendedora está enraizada na essência humana, com suas atividades, necessidades e invenções, sendo que, com sua evolução e transformação foi tomando caráter distinto e influenciando direta ou indiretamente nas mais diversas formas de disposição da sociedade, quer seja na organização política, social, cultural e econômica, difundindo-se assim, com as mais diversas áreas de conhecimento, como economia, sociologia, psicologia, administração, matemática entre outras.

No entanto, o estudo da atividade empreendedora passa a ser analisada mais especificamente a partir das pesquisas de Joseph Alois Shumpeter (1883-1950) em sua obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, associando o empreendedorismo ao desenvolvimento da economia, sendo a chave para o processo de mudança e inovação:

O empreendedor é o agente do processo de destruição criativa, é o impulso fundamental que aciona e mantém em marcha o motor capitalista, constantemente criando novos produtos, novos métodos de produção, novos mercados e, implacavelmente, sobrepondo-se aos antigos métodos menos eficientes e mais caros. (SHUMPETER, 1982, p. 58).

Para Shumpeter (1982), um empresário não se caracteriza somente por ser um investidor, mas sim, um indivíduo (ou grupo) capaz de perceber, inovar e aproveitar novas oportunidades, associando a figura do empreendedor ao processo de inovação. Longenecker Moore e Petty (1997), em paralelo a Shumpeter também ressaltam a importância dos empreendedores à sociedade, sendo estes, agentes que “fornecem empregos, introduzem inovações e estimulam o crescimento econômico”.

Assim, para Shumpeter o empreendedor é o agente de transformações, destruindo a ordem e a forma de organização econômica e criando novos produtos, serviços, e também novas formas de organização, sobretudo, criando novas oportunidades. Drucker (1987) também associa o empreendedor ao processo de inovação, servindo como mecanismo de busca a novas oportunidades de negócio, justificando que os empreendedores são agentes de mudança e de transformação.

Outra definição importante é dada por Fillion (1991) quando menciona que o empreendedor é um ser social, produto do meio em que vive, fenômeno regional, mencionando que algumas cidades, regiões ou países possuem mais empreendedores do que outros, caracterizando assim, a disparidade empreendedora entre diferentes regiões. Dessa forma, o empreendedorismo pode ser considerado como um fenômeno cultural, podendo estar enraizado a costumes, hábitos e crenças das pessoas, sendo que estes podem vir a ser influenciados pelo ambiente em que vivem.

Assim, o empreendedor passa a ser um agente que percebe uma mudança e cria oportunidades para aproveitá-la, utilizando os recursos de forma criativa, dinamizando seu ambiente social e econômico. Conforme destaca Fillion (1999) os empreendedores estão associados à inovação e são percebidos como forças direcionadas para o desenvolvimento.

3.1 FATORES CONDICIONANTES DA ATIVIDADE EMPREENDEDORA

De maneira específica, Bull e Willard (1993) mencionam que o empreendedorismo ocorre a partir de quatro condições básicas a serem alcançadas: 1) motivação frente às tarefas, ou seja, algo que motiva a pessoa a agir; 2) conhecimento ou *know-how*, o qual está relacionado à autoconfiança em ter, ou poder adquirir tal conhecimento; 3) expectativa de ganho pessoal, caracterizando-se como o benefício econômico de uma ação; e, 4) condições que dêem sustentação para a realização de esforços, portanto, um suporte de ambiente, ou ambiente favorável à atividade.

O empreendedor, dessa forma normalmente apresenta características distintas, as quais vão além dos empresários normais, pois é um elemento que reúne fatores como conhecimento, informação, competências, capacidade de aprender e inovar com o aprendizado, e, a capacidade de cooperar com seus parceiros, passando a ser uma figura fundamental para o desempenho de países, regiões ou até mesmo comunidades locais.

Uma justificativa da necessidade de ações empreendedoras em caráter coletivo, engajadas a grupos com nível elevado de cooperação e confiança ocorre da própria evolução e aumento da complexidade das relações sociais, pois as relações de causa e efeito produzem um movimento constante rumo ao melhor. Desse modo, a lei da inevitabilidade do progresso, é a expressão de um conjunto de forças que perturbam o sistema provocando alterações importantes em seu funcionamento. (SILVA e BASSANI, 2007).

É importante ressaltar que a atividade empreendedora possui forte correlação com os laços sociais, quer seja familiares ou de amigos, em que o empreendedor ou futuro

empreendedor está inserido, pois estes influenciam na tomada de decisão por parte do empreendedor (MIZUMOTO et al, 2008).

Denota-se dessa forma, que o progresso econômico depende da capacidade inovativa e da criatividade individual do empreendedor, a qual somada em âmbito coletivo resultaria em benefícios a todo o grupo.

Destaca-se ainda, outra linha de pesquisa, denominada empreendedorismo social, a qual vem ganhando importância no contexto econômico e social por estar associada às organizações sem fins lucrativos, também denominada organizações do terceiro setor.

Para Melo Neto e Froes (2002) o empreendedorismo social pode ser considerado como um modelo emergente de desenvolvimento: um desenvolvimento integrado, abrangendo a questão humana, social e sustentável. Dessa forma, a base social garante a solidariedade, viabilizando o surgimento de empreendimentos cooperativos viabilizando um processo de transformação da sociedade.

Albagli e Maciel (2002) também justificam a necessidade de ações coletivas que integrem sociedade e instituições públicas dando melhores condições de vida à sociedade, pois a partir do avanço na organização da sociedade civil, pressionando situações de “empoderamento” gerando segmentos sociais excluídos e regiões marginalizadas, projeta-se o empreendedorismo social e institucional como um importante agente de organização implementação de atitudes que venham a amenizar tais discrepâncias na sociedade.

Para Costa et al (2008) o incremento de empreendedorismo social, somado de um aumento de capital social, reflete no aumento do empoderamento das populações, ou seja da possibilidade e da capacidade de influir nas decisões públicas.

A atividade empreendedora alicerçada em empreendedores motivados, com conhecimento, expectativas, e, com suporte de ambiente, estará condicionada a um melhor desempenho propiciando benefícios coletivos a todos os indivíduos.

4 A RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, CAPITAL SOCIAL E EMPREENDEDORISMO

O desenvolvimento está diretamente relacionado ao crescimento econômico que determinadas regiões ou países obtém ao longo de determinado período, podendo este ser de caráter sustentável ou não.

A partir do crescimento e do desenvolvimento econômico é que se obtém o fortalecimento de determinada região, ampliando sua economia, aumentando sua produtividade, e, reduzindo suas desigualdades.

Franco (2002) justifica que o desenvolvimento tem muitas dimensões, podendo ser de caráter econômico, social cultural, ambiental, físico-territorial, político institucional e de maneira científica e tecnológica; uma vez que todas essas características são eminentes no processo de desenvolvimento, podendo ser vinculadas de forma conjunta ou particular, um influenciando no outro.

Dentre os fatores que caracterizam o desenvolvimento, Kliksberg (1999) relaciona os estudos desenvolvidos pelos pesquisadores do Banco Mundial, os quais enfatizam quatro formas básicas de capital: o *capital natural*, que depende dos recursos naturais apresentáveis em cada espaço geográfico, o *capital físico*, dependente do nível de investimentos em infraestrutura e bens de capital realizados em uma dada região, o *capital humano*, proveniente

do nível de educação, saúde e acesso à informação da população, e, o *capital social*, derivado do nível de interações ou relações sociais existentes entre os atores de uma região ou nação.

Além destes tipos de capital é preciso ressaltar outra forma de capital, denominada pelos economistas como capital financeiro, este, assim como o capital físico, também está relacionado à existência de riquezas em determinados grupos ou populações.

Kliksberg (1999) menciona que inúmeros autores atribuem maior importância ao capital humano e social, por gerarem economias mais dinâmicas, governos atuantes e sérios, e, possibilitarem maior sustentabilidade ao desenvolvimento.

Para o autor o capital social e o capital humano no final do século XX e início do século XXI transformaram-se numa forma fundamental para as teorias de desenvolvimento, abrangendo estabilidade política e também o desenvolvimento local. (KLIKSBERG, 2001)

Franco (2000) considera que o desenvolvimento está relacionado a algumas variáveis que deve melhorar a vidas das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), questão que deve ocorrer de forma homogênea, ou seja, sem desigualdades, tanto em relação às pessoas que estão vivas hoje, quanto às que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável)”. Assim, na proposta do autor o desenvolvimento precisa estar atrelado sobretudo a três pilares, ao caráter humano, social e sustentável.

Partindo desse pressuposto Franco (2000) caracteriza a necessidade de capital social, humano e produtivo para que se possa conduzir ao desenvolvimento integrado e sustentável de uma nação e região. Assim, para o autor, o capital social seria o potencial da sociedade em atuar a partir de suas diversas forma de associativismo, o capital humano, o estoque de valores, atitudes, conhecimentos e habilidades, de um grupo, e, o capital produtivo, seriam os recursos tangíveis e intangíveis existentes em grupos ou regiões, sendo estes, adequados a formação de riquezas e criação de oportunidades, assim, o capital humano estaria diretamente associado ao empreendedor.

Maillat (2002) também comenta sobre os reflexos de atitudes inovadoras, caracterizando como uma forma de se alcançar o crescimento e o desenvolvimento econômico, mencionando que comportamentos inovadores estão diretamente relacionados às variáveis encontradas no ambiente local, na densidade institucional e das relações interpessoais inseridas naquele ambiente.

Diante desse contexto, pode-se caracterizar o capital social existente em um grupo, comunidade ou nação como um ativo, um acúmulo de riqueza existente, um estoque, ou seja, um acúmulo de capital, do qual se pode gerar renda e benefícios, refletindo no crescimento e no desenvolvimento da sociedade, já em relação ao capital humano, por estar diretamente relacionado ao empreendedor, a partir de seus conhecimentos e habilidades, mesmo sendo de caráter individual, a partir de sua densidade em uma região também influenciará no desempenho regional.

4.1 BENEFÍCIOS DO CAPITAL SOCIAL E DA ATIVIDADE EMPREENDEDORA

O capital social vem se destacando como um dos elementos catalisadores do crescimento e do desenvolvimento na medida em que uma determinada população está disposta a cooperar entre si, ocasionando relações interpessoais de confiança, minimizando ações oportunistas e reduzindo os custos de transação devido aos laços sociais estabelecidos naquele conjunto, beneficiando todo o conjunto no contexto em que estão inseridos.

Outro argumento se dá a partir do engajamento cívico, ocasionando maior eficiência por parte das instituições, as quais irão atuar em *prol* de todo o conjunto, e não de maneira isolada e específica, agindo com responsabilidade perante o público, obedecendo às leis e normas instituídas, refletindo num respeito mútuo entre os agentes, o que sem dúvida resulta em benefícios econômico-regionais.

Segundo o Banco Mundial (2001) o capital social poderia ser considerado como o elo que estabelece a coesão social, facilitando as transações no sistema econômico, assim, o fator chave está inserido na cooperação, mencionando que as organizações da sociedade civil e o Estado podem lançar os alicerces institucionais com intuito que os grupos cooperem entre si visando o bem comum. Desse modo, as instituições precisam ser participativas e, sobretudo, idôneas e responsáveis, possibilitando que a sociedade possa ver os benefícios da cooperação.

Assim, as instituições precisam possuir regras claras e objetivas permitindo que grupos defendam seus interesses de maneira justa e concisa. Putnam (1996) defende veementemente a importância que representa o capital social em uma sociedade, pois “para a estabilidade política, para a boa governança, e, mesmo, para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até mesmo do que o capital físico e financeiro”.

Desse modo, a relação entre capital social e crescimento e desenvolvimento econômico se dá a partir da inter-relação, ou da forma de organização social entre os agentes, de maneira que estes gerem produtividade, diminuindo custos de transação. A idéia de que o capital social pode influenciar e até ajustar as desigualdades regionais é encontrada no conceito de desenvolvimento regional apresentado por Boisier (1996), quando menciona que este é um processo localizado e de troca social sustentada, tendo por finalidade o progresso permanente da região, do grupo e de qualquer indivíduo que nela habita.

Na visão de Schmidt (2003) existe uma inter-relação entre econômico e social, podendo ser considerada como parte central do desenvolvimento, assim, as desigualdades anteriormente consideradas como inevitáveis passam a ser como um obstáculo a ser superado. Para o autor, o capital humano e social são as ferramentas fundamentais para esse progresso.

Para Hirschman (1961), estudioso das desigualdades regionais, investimentos em capital social por parte do Estado, no longo prazo geram sinergias positivas, sendo uma alternativa para se obter a redução das desigualdades regionais.

Mas qual seria a influência do empreendedor nesse contexto? O empreendedor é agente dinamizador fundamental nesse ambiente, pois a ele é incumbida a tarefa de identificar e avaliar os recursos existentes em uma região (capital físico, natural, humano e social) e combiná-los, refletindo em atividades produtivas duradouras e eficientes.

Para Mizumoto et al (2008) o empreendedor destaca-se por apresentar um nível elevado de capital humano, o qual possui efeito fundamental de proporcionar um maior domínio das características do negócio e de todos os requerimentos técnicos para executar suas atividades da melhor maneira possível. Assim, quanto maior o nível de escolaridade e treinamento do empreendedor, maior a probabilidade de sucesso de seu empreendimento.

Além disso, o empreendedor normalmente apresenta um perfil inovador, constantemente criando novos produtos, novos serviços, e novos métodos de produção sobrepondo-se aos mais caros e antigos, perturbando a ordem e o cenário econômico.

Os empreendedores possuem a partir da utilização de interação de diversas formas de laços sociais, utilizando-os para obter recursos que os favoreçam estabelecendo relações comerciais com fornecedores e compradores, visando uma troca de informações, de planejamento e de processos, constantemente criando novos produtos e serviços. Os

empreendedores podem ainda, além da troca de informações, articular ações coletivas junto a governo ou entidades locais. (MESQUITA et al, 2007)

Mizumoto (2008) destaca ainda que quanto maior a ligação dos empreendedores a membros familiares, amigos, parceiros comerciais, entre outros, características estas eminentes do capital social, maior o acesso a recursos valiosos como informações, recursos financeiros, conhecimento, entre outros, os quais tendem a aumentar a possibilidade de continuidade do empreendimento.

A condição de ambiente local, bem como a densidade de capital social em determinado espaço geográfico, é de fundamental importância, criando condições favoráveis ao empreendedorismo, pois, os atores econômicos – (empreendedores) não são átomos isolados, mas estão enraizados, nas relações, redes e estruturas sociais (ALBAGLI, 2006).

Outra vantagem aos empreendedores advinda da inserção em redes sociais densas com auto índice de capital social é que haverá benefícios empresariais mútuos, pois, haverá uma redução e melhor divisão de seus custos, advindo da relação de troca entre os agentes bem como transferência de tecnologia, troca de informação e de aprendizado, possibilitando sobretudo a inovação. Assim, a atividade empreendedora será reflexo das interações sociais e das relações cooperativas, propiciando investimentos e pesquisas a partir da interatividade de informações, fortalecendo-se mutuamente, quer seja em caráter local ou regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar e compreender por meio de um resgate teórico a relação existente entre capital social, empreendedorismo, e, o desenvolvimento regional, bem como sua importância a redução das desigualdades regionais.

A partir da literatura analisada e das diversas formas e conclusões apresentadas pelos autores, pode-se inferir que mesmo havendo conclusões distintas quanto à importância e o efeito do CS e do empreendedorismo, eles são cada vez mais aceitos como formas de minimizar as distorções sociais e econômicas existentes na sociedade contemporânea.

Constata-se que o capital social por ser um conjunto de valores sociais, alicerçado na confiança interpessoal e na eficiência institucional, estando atrelado ao ambiente social, econômico e cultural, interage diretamente na atividade empreendedora, pois, empreendimentos inseridos em redes densas de capital social, baseados na cooperação e em estratégias coletivas, reduzem a assimetria de informação entre os agentes.

Tal característica de acordo com Durston (2000) torna os agentes mais qualificados e competitivos, pois devido a estarem fundamentados em objetivos comuns, reduzem o oportunismo, minimizam conflitos, e, possibilitam um fluxo de informações e de aprendizado mais elevado e com maior comprometimento, reduzindo por consequência, os custos que se teria que arcar se não estivesse inserido nesse meio, ou seja, os custos de transação.

Assim, o CS e o empreendedorismo podem ser considerados como uma alternativa ao crescimento econômico e por consequência ao desenvolvimento local e regional de forma sustentada no longo prazo.

As regiões com altos estoques de capital social são propícias a realização de investimentos de capitais físicos, pois se vê como um ambiente mais favorável à sua viabilidade já que nestas regiões existe um maior índice de oportunidades confiança e cooperação. Por outro lado, regiões com baixos índices de capital social tendem a ser menos favoráveis para se empreender, já que existe um menor índice de confiança entre os agentes,

as oportunidades são vistas como ameaças, e, os poucos investimentos que ali se realizam podem ser filtrados por minorias oportunistas que se encontram em situações privilegiadas, reduzindo a capacidade de gerar crescimento.

É preciso ainda, desmistificar pensamentos que o crescimento econômico é obtido somente pela existência de capital físico e financeiro, ou que estes são os capitais essenciais para a obtenção do crescimento. No curto prazo estes capitais geram emprego, renda, ou melhorias percebíveis à população. Contudo, no longo prazo, se não houver uma estrutura social e democrática consolidada, fomentada pela existência de taxas elevadas de capital humano e social, estes capitais acabam dissipando-se no médio e longo prazo, tornando-se pouco sustentáveis por si só.

Investimentos não somente em CS, mas em capital humano, melhorando sua habilidade produtiva e seu estoque de conhecimento, podem impactar diretamente na atividade empreendedora, caracterizando-se como um meio de geração de empreendimentos articulados e produtivos, reduzindo o desemprego, fomentando a renda e tornando os serviços públicos mais eficientes, a partir de áreas como educação, saúde e habitação, encurtando o distanciamento entre pobres e ricos e regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Investimentos em capital social ou capital humano, não geram resultados imediatos, pois dependem da interação social, cultural, política e econômica, além das expectativas, comprometimentos e objetivos individuais e coletivos da comunidade, sendo que a partir destes fundamentos é que se obterá resultados estratégicos e eficientes ao conjunto.

Desse modo, com políticas de desenvolvimento atreladas a inclusão social, e, à articulação entre comunidade, empresas e governo com finalidade de não somente gerar desenvolvimento, mas também fomentar a atividade local e regional, poderia se gerar ambientes propícios à investimentos e ao desenvolvimento de forma sustentada.

Em vista do exposto, o resultado de todo esse processo está fundamentado nas relações existentes entre os atores sociais (empreendedores), a sociedade como um todo, as instituições e organizações, e, o Estado, uma vez que uma articulação mais intensa entre estes atores, a qual não esteja baseada num caráter assistencialista, mas sim, num ambiente aberto democrático e participativo, possibilitando uma tomada de decisões mais justa, responsável e dinâmica, se poderá obter maior equilíbrio regional.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, S. Conhecimento, Inclusão Social e Desenvolvimento Local. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 2, abr./set. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/27/47>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. **Capital social e empreendedorismo local**. Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, RedeSist, Instituto de Economia, UFRJ, 2002. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. Capital social e desenvolvimento local. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

AMÂNCIO, C. O. G.; ROMANO, J. O.; AMÂNCIO, R.; AMÂNCIO, J. M.; Capital Social, educação e liberdade: a necessidade de focar as condições para o surgimento deste recurso. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto, 2005. **Anais**. Ribeirão Preto: SOBER, 2005. (CD-ROM).

BAQUERO, M. Democracia, Cultura e Comportamento Político: uma análise da situação brasileira. In: FUKS, M.; PERISSINOTO, R. M. (Orgs). **Democracia – teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

BENDER, S. M. **Capital social e desenvolvimento em São Leopoldo** Dissertação de Mestrado, Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, 2007. Disponível em: <<http://btd.unisc.br/Dissertacoes/SimoneManfredini.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. In: **Actes de la Recherche em sciences sociales**, 1980, v. 31 n. 1. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069>. Acesso em: 28 out. 2014.

_____. **The forms of capital**. In: Soziale Ungleichheiten (Soziale Welt, Sonderheft 2). Goetting: Otto Schartz & Co., 1983. p. 183-198. Título Original: “Ökonomisches Kapital, kulturelles kapital, soziales kapital”. O artigo aparece pela primeira vez em inglês traduzido por Richard Nice. Disponível em: <<http://www.knowledgepolicy.com/2005/08/bourdieu-forms-of-capital.html>>. Acesso em: 04 jan. 2015.

BULL, I, WILLARD, G. E, Towards a theory of entrepreneurship. **Journal of Business Venturing**, v.8, n.3; p. 183-196, May, 1993. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science?_ob=PublicationURL&_tokey=%23TOC%235983%231993%23999919996%23309593%23FLP%23&_cdi=5983&_pubType=J&_auth=y&_acct=C000050221&_version=1&_urlVersion=0&_userid=10&md5=bfcbc0c58de43ebaf71fc7de40cc9e23. Acesso em: 20 nov. 2014.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. **The American Journal of Sociology** ,vol. 94, 1988. Disponível em: <<http://econ.tau.ac.il/papers/publicf/Zeltzer2.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

COLEMAN, J. S, **Foundations of social theory**. Cambridge MA: Harvard University Press. 1990. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=a4Dl8tiX4b8C&dq=coleman,+1990,+foundations+of+social+theory&printsec=frontcover&source=bn&hl=pt-BR&sa=X&oi=book_result&resnum=4&ct=result#PPR7,M1>. Acesso em: 05 jan. 2015.

COSTA, I.; VASCONCELOS, A. C. F. de; ANDRADE, E. de O. CÂNDIDO, G. A.; ROSAS, I. A. G.; Capital Social como Instrumento para Viabilização de Desenvolvimento Regional: Estudo de Caso no Cariri Paraibano. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, G&DR, v. a, n. 2, p-58-80, mai/ago/2008. Taubaté São Paulo. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/022008/artigo4.pdf>>. Acesso em: 10 de jan. 2015.

DEES, J. G. **O significado do “Empreendedorismo Social”**. 2001. Disponível em: <<http://www4.fe.uc.pt/cec/significadempendedor.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Cultura Editores, 1999.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios**. 6ª Edição, São Paulo. Pioneira: 1987.

DURSTON, J. **¿Qué és el capital social comunitario?** Santiago do Chile: CEPAL/División de Desarrollo Social, Série Políticas Sociales, Santiago de Chile, jul. 2000. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/4885/lcl1400.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

EVANS, P. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. **World Development**. 2005. Disponível em: <<http://repositories.cdlib.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1032&context=uciaspubs/research>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

FILION, L. J. (1988). **The strategy of successful entrepreneurs in small business: vision, relationships and anticipatory learning**. Ph.D. Thesis, University of Lancaster. 1988.

FILION, L. J. O Planejamento de seu sistema de aprendizagem empresarial: identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, FGV, São Paulo, jul/set 1991. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/rae/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=795&Secao=COLABORA%C3%87%C3%83&Volume=31&Numero=3&Ano=1991>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**. Universidade de São Paulo (USP). v. 34, n. 2, abril/junho, 1999. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=3402005.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

FRANCO, A. de. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Brasília: Millenium, 2000.

_____. **Capital social**. São Paulo: Instituto de Política Millenium, 2001.

_____. **Pobreza e desenvolvimento Local**. São Paulo: A&D, 2002.

GERBER, M. E. **O mito empreendedor**. São Paulo: Saraiva, 1996.

GROOTAERT, C.; NARAYAN, D; JONES, V. N.; WOOLCOCK, M. **Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS)**, Banco Mundial, Grupo Temático sobre Capital Social, 2003. Disponível em: <http://poverty2.forumone.com/files/14753_qi-mcs.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2015.

HIRSCHMAN, A. O. **La estrategia del desarrollo económico**. Fondo de Cultura Económica, México, 1961.

ILHA, P. C. S. . A cooperativa como elemento de capital social da comunidade. **Revista da FAE**, v. 11, p. 25-34, 2008.

ILHA, P. C. S. ; [FERRERA DE LIMA](#) ; BIEGER, A. ; TOMAZELLA, P.D. ; PIACENTI, C. A. . A cooperativa como um agente de capital social Local: um estudo da percepção de dirigentes, cooperantes e comunidade da Cooperativa Agroindustrial Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 115, p. 101-123, 2008.

ILHA, P. C. S. ; [FERRERA DE LIMA](#), J. ; [BIEGER, A.](#) ; TOMAZELLA, P.D. ; PIACENTI, C. A. Capital Social e Desenvolvimento Local em Marechal Cândido Rondon (PR): o caso da Copagril. **Ciências Sociais em Perspectiva** v. 8, p. 69-86, 2009.

KLIKSBERG, B. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 69, diciembre 1999. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/SecretariaEjecutiva/7/lcg2067/kliksbergesp.pdf>>. Acesso em: 11 dez 2014.

_____. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127133por.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

LAZZARINI, S. G.; CHADDAD, F. R.; NEVES, M. F. O conceito de Capital Social e aplicações para o desenvolvimento e estratégias sustentáveis. **Preços Agrícolas**, mai/2000. Disponível em: <<http://pa.esalq.usp.br/~pa/pa0500/serg0500.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

LEZANA, A. G. R., TONELLI, A. O comportamento do empreendedor. In: DE MORI, F. (org.). **Empreender: identificando, avaliando e planejando um novo negócio**. Florianópolis: Escola de Novos Empreendedores, 1998.

LIMA, A. A. T. F. C. **Meta-modelo de diagnóstico para pequenas empresas**. Universidade Federal de Santa Catarina – PPGEP. Tese. Florianópolis, 2001.

LONGENECKER, J G.; MOORE, C. W.; PETTY, J. W. **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Makron Books, 1997.

MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. V. 3, n. 4, P. 9-12, mar/2002.

MARQUES, E. C. Redes Sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, out/1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1751.pdf>>. Obtido em: 10 jan. 2015.

MARTELETO, R. M. Análise das redes sociais: aplicação nos estudos de transferência de informação. **Ci. Inf.** Brasília, v. 3, n 1, jan/abr 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

MELO, R. de. Economias de Escala, externalidades e desenvolvimento regional. In: SILVA, N. P. da; HANSEN, D. L. (Org.). **Economia Regional e outros ensaios**. Aracaju: Editora UFS, 2001.

MELO NETO, F. de P.; FROES, C. **Empreendedorismo social**. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2002.

MESQUITA, L. F.; LAZARINI, S. G.; CRONIN, P., 2007. Determinants of Firm Competitiveness in Latin American Emerging Economies: Evidence from Brazilians Auto-parts Industry. **Ibmec Working Papers**. wpe_80, Ibmec Working Paper, Ibmec São Paulo. Disponível em: < <http://www.ibmecsp.edu.br/pesquisa/download.php?recid=3033>> Acesso em: 10 jan. 2015.

MILANI, C. **Teorias do capital social e do desenvolvimento local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). Projeto de Pesquisa (2002-2005), FAPESB/Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS), 2003. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/milani/CapSocial_DesLocal.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

MIZUMOTO, F. M.; ARTES, R.; LAZZARINI, S. G.; HASHIMOTO, M.; BEDÊ, M. A. **O impacto de capital humano, capital social e práticas gerenciais na sobrevivência de empresas nascentes: um estudo com dados de pequenas empresas no Estado de São Paulo**. IBMEC WORKING PAPER – WPE – 67 – 2008. Disponível em: <http://www.ibmecsp.edu.br/pesquisa/download.php?recid=3175>>. Acesso em: 19 de jan. 2015.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge. Cambridge University Press, 1990.

PEREIRA, H. J.; SANTOS, S. A. dos. **Criando seu próprio negócio**: como desenvolver o potencial empreendedor. Brasília: Ed. SEBRAE, 1995.

PUTNAM, D. R. The prosperous community: social capital and public life. **The American Prospect**, vol.4, issue 13. March, 21. 2003. Disponível em: <<http://xroads.virginia.edu/~HYPER/DETOC/assoc/13putn.html>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____, **Comunidade e democracia**: A experiência da Itália moderna. 1. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

QUINTANILHA, T.; ALMEIDA, M. Redes sociais e empreendedorismo em pequenas empresas de base tecnológica no Brasil. **Revista Digital – Buenos Aires** – Año13 n. 119 – abr/2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd119/redes-sociais-em-pequenas-empresas-de-base-tecnologica-no-brasil.htm>>. Obtido em: 17 jan. 2015.

ROBINSON, J. W. J.; MEIKLE-YAW, P. A. Building Social Capital and Community Capacity with Signature Projects: A Case Study of Two Diverse Delta Communities, **Journal of Extension**. April 2007, v. 45 n. 2. Disponível em: <<http://www.joe.org/joe/2007April/a4.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

SCHMIDT, J. P. Participação Política em Santa Cruz. In: CORREA, S. M de S. (Org). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul (RS): Edunisc, 2003.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, H. E. Programa de empreendedorismo da UCB: bases conceituais e estratégia de desenvolvimento. **Estudos Empresariais**, Brasília, v.1, n.1, p.7-15, jan./abr. 1996.

SILVA, J. A. S.; O papel do capital humano, do capital social e das inovações tecnológicas na formação de redes territoriais, no crescimento endógeno e no desenvolvimento regional. **Contribuciones a la economia**. Grupo Eumed.net (Universidad de Málaga), May 2006. Disponível em: <<http://www.eumed.net/ce/2006/jass-ch.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

SILVA, L. F.; BASSANI, C. L. Evolucionismo: a face oculta do empreendedorismo. **Brazilian Business Review**, v 4, n.1. Vitória/ES, jan/abr 2007. p. 60-73. Disponível em: <http://www.bbbronline.com.br/upld/trabalhos/pdf/50_pt.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2015.

SOUZA FILHO, J. R. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. NUTEP, Núcleo de Estudos e Tecnologias em Gestão Pública. 2000. Disponível em: <<http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/desenvolreg.html>>. Acesso em 28 nov. 2014.

UPHOFF, N.; WIJAYARATNA, C. M. **Benefícios demonstrados del capital social a productividad de las organizaciones campesinas de Gal Oya, Sri Lanka**. Original em inglês publicado em World Development, v. 28, n. 11, nov./2000. Disponível em: <http://www.fidamerica.org/admin/docdescargas/centrodoc/centrodoc_246.htm>. Acesso em: 10 jan. 2015.

WORD BANK, **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001** – Luta contra a Pobreza. Washington, D. C: Word Bank, 2001. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTPOVERTY/Resources/WDR/Poroverv.pdf>>. Acesso em: 05 jan 2015.